

Adriano Moreira

A INCERTEZA ENTRE AS DUAS CULTURAS



ACADEMIA DAS CIÊNCIAS
DE LISBOA

ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA

FICHA TÉCNICA

TÍTULO

A INCERTEZA ENTRE AS DUAS CULTURAS

AUTOR

ADRIANO MOREIRA

EDITOR

ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA

EDIÇÃO

ANTÓNIO SANTOS TEIXEIRA
SUSANA PATRÍCIO MARQUES

ISBN

978-972-623-185-1

ORGANIZAÇÃO



ACADEMIA DAS CIÊNCIAS
DE LISBOA

Academia das Ciências de Lisboa

R. Academia das Ciências, 19

1249-122 LISBOA

Telefone: 213219730

Correio Eletrónico: geral@acad-ciencias.pt

Internet: www.acad-ciencias.pt

Copyright © Academia das Ciências de Lisboa (ACL), 2015

Proibida a reprodução, no todo ou em parte, por qualquer meio, sem autorização do Editor

A INCERTEZA ENTRE AS DUAS CULTURAS

Adriano Moreira

Começo esta meditação sobre o tema das duas culturas lembrando os textos de Hannah Arendt justamente sobre *Between Past and Future* (1954), e que circularam em tradução francesa, de 1972, com o título – *La Crise de la Culture*. Esta discípula de Jaspers, que viveu a crise do desmoronamento da supremacia europeia (1906-1975) foi documentando o processo, a partir da fuga ao nazismo, com obras fundamentais sobre *As Origens do Totalitarismo*, *Ensaio sobre a Revolução*, *Eichman em Jerusalém*, *Condição do Homem Moderno*, e *A Vida do Espírito*.

Altamente preocupada com a questão da educação, escreveu páginas admiráveis, inquieta com a quebra dos valores da sociedade civil ocidental e da sua relação com os poderes políticos, articulando a crise da cultura com a crise da educação, retomando a lamentação de Hamlet: “os tempos perderam o rumo, é uma maldição que seja eu forçado a restabelecê-lo”.

Mas a questão central da sua intervenção estava nos modelos culturais de comportamento, no equilíbrio entre a tradição e a exigível mudança, longe de Políbio para quem a responsabilidade da educação é simplesmente assegurar que os jovens “são dignos dos seus antepassados”, segura de que eles enfrentavam um mundo que não era estruturado pela autoridade, nem imobilizado pela tradição.

Talvez não seja inteiramente errado, no que toca à evolução do seu pensamento, admitir que foi a conquista do espaço, marcado no imaginário mundial pelo desembarque na Lua, que despertou, ou pelo menos intensificou, a sua preocupação com a *outra cultura*, perguntando-se: “a conquista do espaço pelo homem aumentou ou diminuiu a sua dimensão?”.

A resposta inicial que deu encontra-se provavelmente neste texto: “o essencial é que a ciência moderna – pouco importam as suas origens e objectivos iniciais – mudou e reconstruiu tão radicalmente o mundo no qual vivemos que se poderia objectar que o profano e o humanista, continuando a confiar no seu senso comum e a comunicar na linguagem de todos os dias, perderam o contacto com a realidade”.

De facto, era uma das vozes autorizadas, pela sua humanidade e pela autoridade adquirida na longa vida de meditação sobre o pensamento político contemporâneo, a orientar no sentido de criar um novo modelo universitário mundial.

Quando morreu, em 1975, tinha ainda assistido ao facto de a formação profissional ter sido finalmente alinhada com o objectivo universitário da “qualidade

cultural, científica e de cidadania”, mas já não ao processo intergovernamental de Bolonha (1999), nem à Estratégia de Lisboa (2000) que prometeram elevar o financiamento da investigação e desenvolvimento, até 2010, a 3% do PIB. Conheceu ainda a massificação dos anos 70, as tendências para diminuir o enquadramento das Universidades pelo Estado, e a criação das Agências de Avaliação.

Foi neste período que cinco anos depois, em 1959, C. P. Snow fez, na Cambridge University, a conferência que intitulou *The Two Cultures*, no seguimento de um artigo publicado anos antes (1956).

Se por seu lado Hannah Arendt, uma das autoras mais influentes da ciência política do século, sentira o desafio que as ciências duras faziam às humanidades, designadamente pelo facto de a conquista do espaço exigir da Câmara dos Comuns, no seu parecer, “a renúncia a uma visão do mundo antropocêntrico ou geocêntrico”, e também “uma eliminação radical de todos os elementos e princípios antropomórficos vindos do mundo oferecido aos cinco sentidos do homem ou das categorias inerentes ao seu espírito”. Uma das suas conclusões de síntese, foi esta: “...o que é essencial aqui, é que a ciência moderna – pouco importam as suas origens e os seus objectivos essenciais – mudou e reconstruiu tão radicalmente o mundo em que vivemos que se poderia objectar que o profano e o humanista, continuando a confiar no seu senso comum e a comunicar na linguagem de todos os dias, perderam o contacto com a realidade, que compreendem somente as aparências, mas não o que se esconde atrás das aparências (como se pretendesse compreender uma árvore sem ter em conta as raízes)”.

Sublinhando que foi a técnica que deu ao homem comum e profano a possibilidade de relacionar a mudança com os avanços da ciência, adiantou que “o índice mais significativo de uma autodestruição reside na descoberta por Heisenberg do princípio da incerteza”.

Por seu lado, aquilo que despertou a atenção de C. P. Snow foi a distância, que julgou necessário sublinhar, entre os cientistas e as humanidades. Recorda: “aconteceu-me frequentemente partilhar literalmente o meu tempo entre cientistas, com os quais trabalhava durante o dia, e os confrades “das letras”, na companhia dos quais passava a *soirée* e a noite... Tinha, com efeito, perpetuamente o sentimento de oscilar entre dois grupos humanos, de inteligência comparável, de raça idêntica, de origens sociais relativamente próximas, tendo rendimentos iguais – entre os quais toda a comunicação estava praticamente cortada e que, no plano intelectual, moral e psicológico, tinham tão pouco em comum que se tinha a impressão, vinda de Burlington House ou de South Kensington à Chelsea, de atravessar um oceano”.

Numa data em que, como também advertiu Hannah Arendt, “a ciência está em crise de determinar em grande parte o nosso destino, quero dizer a nossa vida ou a nossa morte, o perigo manifesta-se sobre um plano eminentemente prático”.

O grande risco, no diagnóstico de C. P. Snow, estava em que, numa cultura dividida, apenas os cientistas estão sabedores de algumas potencialidades, o que torna o processo político extremamente complexo e perigoso.

Talvez seja apropriado, sem atentar contra o pensamento de C. P. Snow, assumir que o conceito de distância entre as duas culturas tem o seu acento tónico na relação da ciência, e da sua deriva técnica de intervenção social, com a ética, com os valores dominantes do tecido cultural afectado, com o relativismo que finalmente presidiu a todas as derivas da governança dos Estados e da comunidade internacional.

Todavia, se relacionámos a domesticação da energia atómica com o ponto crítico daquela relação, não deixaremos de sublinhar que o Prof. Openheimer, que dirigiu a então surpreendente equipa de investigadores responsáveis pelo histórico feito, foi acompanhado por todos os colaboradores na assinatura do Manifesto de Los Alamos, no qual, em plena guerra de 1939-1945, pediam aos governos que não utilizassem esse terrível poder: os bombardeamentos de Nagasaki e Hiroshima foram um anúncio de que o Holocausto estava ao alcance da política, e o decretado fim da carreira de Oppenheimer tornou claro que o afastamento da ética era mais ameaçador na área da política do que no campo da ciência, o que não impedia que cada um dos sectores tivesse os seus loucos.

Partindo desta referência, certamente breve e não completamente satisfatória, atrevo-me a sugerir que a perspectiva do poder político, sempre atento à conquista, exercício, e manutenção das suas capacidades, é uma variável importante da alegada distância entre as duas culturas.

Procurando respeitar a exigência de brevidade, recordarei que, em 14 de Novembro de 1966, fui solicitado no sentido de, na abertura solene das aulas da Universidade Técnica de Lisboa, fazer uma avaliação da circunstância do ensino das ciências sociais, no seu conceito vasto daquela época.

Usei o título de – *Para um Ministério da Ciência*, e espero não ter com isso responsabilidades na gestão que o Estado organizou do sector nesta viragem do Milénio. Circulava então uma interrogação de Hauser, numa data em que, como escrevi, o futuro batia “com mais força à porta da angústia dos homens e das instituições”, pergunta formulada nestes termos: *are the social sciences ready?* Por esse tempo, Radcliffe Brown confessava que inventara a expressão *Antropologia Social* para conseguir ensinar sociologia numa velha universidade inglesa, e Robert Lynd, em 1939, anotava que a situação da área, em face da barreira política, se traduzia neste conceito: *Lecturing on navigation, while the ship is going down*. Nesta data ficaria mais amargurado do que surpreendido, se tivesse notícia da anarquia mundial a que chegámos.

As resistências do poder político, variáveis de intensidade em função da natureza dos regimes e das tabelas de objectivos variáveis de qualquer dos regimes, talvez possam ser identificadas por algumas defesas que todos organizam.

Em primeiro lugar o receio político da *prospectiva*, nascida e orientada por convergências entre as duas culturas, e que pareceu trazer à lembrança do poder político os prognósticos que levaram Florença a intimar a Jerónimo Savonarola a proibição de falar *de futuribus*. Nos seus anúncios, o frade, a caminho do suplício, incluía a morte de Lourenço-o-Magnífico, a morte do Papa Inocêncio, a reforma da Igreja, e o aparecimento de um novo Ciro: *Agite poenitentiam*, era o brado final.

O que chamo *Complexo de Savonarola* inscreveu-se na inquietação dos poderes políticos das mais variadas matrizes, designadamente acrescida à medida que a metodologia científica ocupava o lugar antigo das vozes que orientavam os iluminados da estirpe de Nostradamus. A desestruturação dos aparelhos do poder, o descrédito dos anúncios semânticos de programas sem apoio na realidade, a contribuição para a tomada de consciência do poder das populações, a intervenção científica acusada de ser uma denúncia, a prospectiva demolidora das utopias, tudo animou as atitudes de defesa da sede do poder, destinada a limitar e demorar a presença das ciências sociais nos centros universitários.

A organização arquipelágica do ensino superior e da investigação, quer nas relações interestaduais, quer na própria definição interna de cada Estado, não facilitou a ultrapassagem desta situação, agravada pelos regimes totalitários que foram numerosos e se protegiam com ideologias preservadas oficialmente de qualquer crítica.

O regime policiado da circulação de títulos académicos obtidos no estrangeiro destacou-se entre os embaraços que as ciências sociais tiveram de enfrentar. A ONU e as suas agências especializadas, com destaque para a UNESCO, contribuíram para que a liberdade académica de circulação progredisse de forma considerável.

No encontro das ciências exactas com as ciências sociais, a questão do *cientismo*, a convicção de que o método das primeiras era aplicável aos problemas humanos, abriu uma divergência não inteiramente sanada pela corrente moderada da compreensão (*Verstehen*), herdeira de Kant e de Dilthey, opondo a visão positivista (*explanatory*) da primeira à visão justificadora (*justificatory*) da segunda, com intervenção da herança recebida de Max Weber (1864-1920).

Em alguns casos, e certamente foi o caso português, a estrutura arquipelágica foi agravada, no que toca ao desenvolvimento das ciências sociais, pelo domínio dos juristas na estrutura do poder político. Por exemplo, a dificuldade de a *economia* conseguir a autonomia do ensino universitário, em que se destacou o nosso Instituto Superior de Ciência Económicas e Financeiras, com intervenções directoras como as de Moisés Amzalak, Bento de Jesus Caraça, Leite Pinto, Pinto Barbosa, Pereira de Moura,

teve sobretudo origem na oposição dos juristas que defendiam a exclusividade e suficiência da economia normativa. O debate sobre o progresso, que J. B. Bury talvez tenha iniciado com o seu *The Idea of Progress* (1920), que Comte avançou com o seu positivismo, implicando o debate sobre fins e meios, não deixou de embarçar, designadamente no plano político, a relação entre as duas culturas, como foi evidente no enfrentamento com os totalitarismos ideológicos, ou até mais moderadamente autoritários.

As inquietações do milénio, levaram a um conjunto de interrogações sobre o mundo e a vida, finalmente partilhadas por uma pluralidade de atitudes, religiosas, racionalistas, marxistas, existencialistas, de modo que, como escrevi naquele texto de 1966, “os temas da subjectividade, da solidão, do desespero, do nada, da ambiguidade, já não são problemas de um ou de cada homem, são problemas do género humano estarrecido com o poder que alcançou, só ultrapassado pela ignorância”. Como melhor escreveu Sartre, “a humanidade inteira, se continuar a viver, não será simplesmente porque nasceu, mas porque terá decidido prolongar a sua vida. Não mais existe espécie humana. A comunidade que se faz guardiã da bomba atómica está acima do reino natural, porque é responsável pela sua vida e morte; cada dia, cada minuto, será necessário que consinta em viver”; e Chardin, o luminoso autor da *Missa sobre o Mundo*, escrevia que “a influência física de cada homem, limitada antes a alguns quilómetros, estende-se agora a centenas de léguas... cada individuo se encontra daqui em diante, activa e passivamente, simultaneamente presente à totalidade do mar e dos continentes, coextensiva à Terra”.

Atingido este poder que, como todo o poder absoluto, ameaça os titulares com a vertigem agora apocalíptica, abriu caminho a perspectiva de Eduard D. Wilson, entre nós divulgado por Fraústo da Silva, com o seu *Consilience – The unity of Knowledge* (1998), autor já chamado por Tom Wolfe – “a new Darwin”.

Altamente consciente do risco da vertigem causada pelo poder assumido, a sua pergunta crucial é – *To What End?*

Tocando no ponto angustiante das ciências da vida, pergunta: “algures, no próximo século, esta orientação conduzirá ao dominante período volitivo da evolução. O avanço criará uma nova espécie de problema ético, que será “the Faustian decision of witch I spoke: How much should people be allowed to mutate themselves and their descendents?”.

Como que invocando Arendt, quando chamou a atenção para o desafio *Between Past and Future* (1954) que recordei, afirma que “chegaremos a compreender o verdadeiro significado de conservadorismo: Com este abusado e confuso termo... refiro a ética que acarinha e apoia as raízes e serviços das melhores instituições de uma comunidade. Por outras palavras, o verdadeiro conservadorismo é uma ideia que tanto é aplicável à natureza humana como às instituições sociais”.

Concordando pois com o imperativo de decidir continuar a viver, procura a conciliação das culturas, concluindo que se nos considerarmos libertos da nossa herança “we will become nothing”.

O regresso ao amor da sabedoria, à essência dos valores, às perguntas e dúvidas sobre o sentido e justificação de todas as coisas, à recusa do pragmatismo que aceita que os fins justificam os meios, à humildade de admitir que a nossa ignorância é seguramente muito mais vasta do que os passos dados pela ciência, é o apelo feito para evitar o desastre da vertigem do poder conseguido, todos e cada um escolhendo o seu ponto de apoio, e a sua resposta. Por mim, depois desta despreziosa meditação, regressei à leitura e conforto de Chardin, relendo a *Missa sobre o Mundo*.

*(Comunicação apresentada à Academia das Ciências de Lisboa
na sessão conjunta de 26 de Novembro de 2009)*